



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

**PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO
LUIZ GONZAGA/RS - EDITAL COMDICA Nº 01/2023**

PROVA OBJETIVA - 24/06/2023

NOME DO INSCRITO: _____

1. A presente prova contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, envolvendo matéria ligada ao desempenho da função de Conselheiro Tutelar, qual seja:
 - A Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente e seus órgãos e instrumentos, instituídos pela Lei Municipal nº 6.572, de 28 de março de 2023; e
 - A Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. Cada questão contém cinco opções de resposta, sendo somente uma considerada correta.
3. Antes de iniciar a prova, confira o total das questões, sendo que qualquer irregularidade deverá ser comunicada ao fiscal.
4. Ao receber o Cartão de Respostas assine no local indicado, pois este não será substituído em caso de rasura.
5. Ao passar para o Cartão de Respostas, negrite o quadrado correspondente, sendo que eventual rasura será considerada anulada a respectiva questão.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

CADERNO DE QUESTÕES:

QUESTÃO 1. De acordo com as disposições constantes no Título II, Capítulo I, do Estatuto da Criança e Adolescentes (arts. 7º a 14), assinale a alternativa correta:

- A) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, exclusivamente no período pré-natal, como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- B) A assistência psicológica garantida à gestante e à mãe não é obrigatória àquelas que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, tampouco àquelas que se encontrem em situação de privação de liberdade.
- C) Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas.
- D) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, poderão, caso assim quiserem, proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- E) É obrigatória a vacinação das crianças apenas nos dois primeiros anos de vida.

QUESTÃO 2. De acordo com as disposições gerais quanto ao direito à convivência familiar e comunitária (arts. 19 a 23) do ECA, é correto afirmar que:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A)** A falta ou a carência de recursos materiais é motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- B)** Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses.
- C)** Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas, após devida autorização judicial.
- D)** Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, ressalvadas exceções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E)** A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude, sendo garantido a ela o sigilo sobre o nascimento, respeitado o direito do adotado conhecer sua origem biológica, após completar 18 (dezoito) anos.

QUESTÃO 3. Sobre a adoção, assinale V para VERDADEIRO e F para FALSO, marcando, ao final, a letra que apresenta a sequência correta:

- () É permitida a adoção por procuração.
- () O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, mesmo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- () Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, desde que casados ou em união estável.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

() O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

() A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais.

- A) F – V – F – F – F
- B) F – F – F – V – V
- C) V – F – V – F – V
- D) F – F – V – F – V
- E) V – F – F – V – F

QUESTÃO 4. De acordo com o art. 67 do ECA, “ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho”:

- A) perigoso, insalubre ou penoso.
- B) na área industrial.
- C) após as 18h.
- D) realizado durante o horário de aula.
- E) como aprendiz antes dos 16 anos.

QUESTÃO 5. Sobre a autorização para viajar (arts. 83 a 85 do ECA), é correto afirmar que:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A)** Nenhuma criança ou adolescente menor de 17 (dezessete) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- B)** A autorização judicial também é exigida quando a criança ou o adolescente estiver acompanhado de pessoa maior expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
- C)** A autorização judicial poderá ser válida por, no máximo, 1 (um) ano.
- D)** Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou de responsável.
- E)** Nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior, salvo se tiver autorização dos pais, através de documento com firma reconhecida.

QUESTÃO 6. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios, EXCETO:

- A)** integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa.
- B)** imediato encaminhamento para adoção, caso a família natural não tenha condições financeiras adequadas ao sustento da criança ou do adolescente.
- C)** não desmembramento de grupos de irmãos.
- D)** atendimento personalizado e em pequenos grupos.
- E)** participação na vida da comunidade local.

QUESTÃO 7. Sobre as entidades de atendimento, assinale a alternativa correta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A)** As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, apenas sendo necessária a comunicação do fato ao Juiz da Infância e da Juventude caso seja procurada por algum integrante da família natural ou extensa.
- B)** As entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas exclusivamente pelo Judiciário e pelo Ministério Público.
- C)** As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, podem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos, salvo impossibilidade motivada.
- D)** As entidades não-governamentais poderão funcionar antes de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, desde que devidamente justificado à autoridade judicial.
- E)** Em caso de reiteradas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados nesta Lei, deverá ser o fato comunicado ao Ministério Público ou representado perante autoridade judiciária competente para as providências cabíveis, inclusive suspensão das atividades ou dissolução da entidade.

QUESTÃO 8. De acordo com o art. 100 do ECA, são princípios que regem a aplicação das medidas de proteção, EXCETO:

- A)** prevalência da família substituta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- B)** proteção integral e prioritária das crianças e adolescentes.
- C)** interesse superior da criança e do adolescente.
- D)** intervenção precoce e mínima.
- E)** privacidade e obrigatoriedade da informação.

QUESTÃO 9. Tendo em vista as disposições constantes nos arts. 99 a 102 do ECA, assinale a alternativa incorreta:

- A)** O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.
- B)** Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- C)** A intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada.
- D)** As medidas de proteção poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, vedada a substituição a qualquer tempo.
- E)** Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional por meio de uma Guia de Acolhimento.

QUESTÃO 10. Sobre a prática de ato infracional, assinale a alternativa correta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A)** Considera-se ato infracional a conduta descrita exclusivamente como crime no Código Penal.
- B)** São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, devendo ser considerada a idade do indivíduo à data em que proferida a sentença.
- C)** Menores de 12 (doze) anos não praticam ato infracional.
- D)** Menores de 12 (doze) anos praticam ato infracional e a eles podem ser aplicadas medidas socioeducativas mais brandas, como a obrigação de reparar o dano e/ou prestação de serviços à comunidade;
- E)** São asseguradas ao adolescente, entre outras garantias, o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

QUESTÃO 11. Configuram medidas socioeducativas as abaixo indicadas, com exceção de:

- A)** internação
- B)** liberdade assistida
- C)** prisão temporária
- D)** prestação de serviços à comunidade
- E)** regime de semi-liberdade

QUESTÃO 12. Sobre a medida de internação, assinale V para VERDADEIRO e F para FALSO, marcando, ao final, a letra que apresenta a sequência correta:

() Durante a internação não será permitida, em nenhuma hipótese, a realização de atividades externas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- () Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
() A liberação será compulsória aos 18 (dezoito) anos de idade.
() A internação poderá ser cumprida em entidades de acolhimento institucional.
() Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

- A) F – V – F – F – V
B) F – F – F – F – F
C) F – V – V – F – V
D) V – V – F – V – V
E) F – F – V – V – F

QUESTÃO 13. De acordo com o ECA e a Lei Municipal 6.572/2023, é correto afirmar que:

- A) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em Lei.
B) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público e da Defensoria Pública, onde houver.
C) É permitido servir no mesmo Conselho irmão e cunhados, durante o cunhadio, desde que prestem compromisso de não interferência no exercício das funções.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- D)** As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno, e somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- E)** No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é permitido ao candidato, excepcionalmente, doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

QUESTÃO 14. De acordo com o ECA e a Lei Municipal 6.572/2023, são atribuições do Conselho Tutelar as medidas a seguir indicadas, à exceção de:

- A)** Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- B)** Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- C)** Autorizar a entrada e permanência de criança ou de adolescente, desacompanhados dos pais ou de responsável, em bailes ou promoções dançantes;
- D)** Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- E)** Representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas já concedidas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

QUESTÃO 15. Tendo em vista o disposto nos arts. 101, 129 e 136 do ECA, são medidas que podem ser adotadas pelo Conselho Tutelar, independentemente de ordem judicial:

- I – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental à criança e adolescente;
- II – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico dos pais ou responsável;
- IV – perda da guarda;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa de acolhimento familiar.

- A) Todas estão corretas.
- B) Apenas I, II e III estão corretas.
- C) I, II, III, IV e V estão corretas.
- D) I, II, III, V e VI estão corretas.
- E) I, II, III e V estão corretas.

QUESTÃO 16. Assinale a alternativa incorreta sobre o acesso à justiça no que diz respeito à Infância e Juventude:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A) Qualquer notícia a respeito de ato infracional não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.
- B) A competência da Justiça da Infância e Juventude é determinada pelo local onde a criança ou o adolescente nasceu.
- C) Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a participação de criança e adolescente em certames de beleza.
- D) Aos procedimentos regulados pelo ECA, é assegurada, sob pena de responsabilidade, prioridade absoluta na tramitação dos processos e procedimentos previstos nesta Lei, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes.
- E) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.

QUESTÃO 17. Nos termos do art. 148 do ECA, a Justiça da Infância e Juventude é competente nas seguintes hipóteses, à exceção de:

- A) Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.
- B) Conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209.
- C) Conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.
- D) Conhecer de todo e qualquer pedido de guarda e tutela envolvendo criança e adolescente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

E) conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo.

QUESTÃO 18. Sobre a apuração de ato infracional atribuído a adolescente, é correto afirmar que:

- A)** O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, após audiência a ser realizada no Ministério Público, encaminhado à autoridade judiciária.
- B)** Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será sempre prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato.
- C)** O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.
- D)** A representação depende de prova pré-constituída da autoria e materialidade.
- E)** A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, pode, excepcionalmente, ser cumprida em estabelecimento prisional.

QUESTÃO 19. Acerca da apuração de irregularidades em entidades de atendimento, assinale a alternativa correta.

- A)** O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental só terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação exclusiva do Ministério Público.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- B) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Conselho Tutelar, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.
- C) Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará à autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, marcando prazo improrrogável de 10 (dez) dias para a substituição.
- D) A multa e a advertência serão impostas à entidade ou programa de atendimento.
- E) Antes de aplicar quaisquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento de mérito.

QUESTÃO 20. Sobre os crimes praticados contra a criança e adolescente previstos no ECA, assinale a alternativa incorreta:

- A) Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, mesmo que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
- B) Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- C) Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- D)** Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei.
- E)** Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.

QUESTÃO 21. De acordo com o ECA, constitui infração administrativa:

- A)** Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- B)** Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo.
- C)** Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos exames referidos no art. 10 do ECA.
- D)** Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres.
- E)** Descumprir, injustificadamente, prazo fixado no ECA em benefício de adolescente privado de liberdade.

QUESTÃO 22. Sobre a Lei Municipal 6.572/2023, é correto afirmar:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A) O Poder Executivo criará programas e serviços a fim de viabilizar os atendimentos previstos no Art. 2º, instituindo e mantendo atividades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- B) A autorização para criação de programas e serviços poderá ser negada se o programa ou serviço não for ao encontro da política estabelecida pelo Conselho Municipal, ou for contrário a dispositivo legal, sendo desnecessária a fundamentação da recusa.
- C) Os programas serão classificados como de proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão exclusivamente a orientação e apoio sociofamiliar, colocação familiar, internação e semiliberdade.
- D) Além dos programas de assistência social, o atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, também far-se-á através de política social básica voltada prioritariamente à educação e saúde.
- E) Os órgãos e instrumentos da política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente são dois: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e o Conselho Tutelar.

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa correta sobre o COMDICA – Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente:

- A) O COMDICA é órgão deliberativo, controlador e de cooperação governamental, vinculado ao Poder Judiciário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- B)** É composto por 18 (dezoito) membros titulares e seus respectivos suplentes, dentre representantes do Poder Público Municipal e Organizações da Sociedade Civil.
- C)** A nomeação de seus membros será efetuada por ato próprio do Prefeito Municipal, para um período 4 (quatro) anos, admitida a recondução.
- D)** Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.
- E)** O número de integrantes do Conselho poderá ser aumentado ou diminuído, devendo sempre ser mantida a paridade, mediante proposta dos membros do COMDICA, devidamente aprovada pelo Presidente do Conselho.

QUESTÃO 24. Não compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA:

- A)** Inscrever, fiscalizar e recadastrar as entidades e os programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política traçada para a promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
- B)** Aprovar projetos das entidades prestadoras de serviço na área da criança e do adolescente no âmbito municipal para acesso a recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMUCRI, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
- C)** Atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- D)** Fiscalizar a atuação dos membros do Conselho Tutelar, propondo a instauração de sindicância para apurar eventual falta grave cometida por Conselheiro Tutelar no exercício de suas funções, conforme legislação vigente.
- E)** Analisar e investigar denúncias relativas à área da criança e do adolescente e encaminhá-las ao Conselho Tutelar e, complementarmente, ao Ministério Público.

QUESTÃO 25. Sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMUCRI, é incorreto afirmar:

- A)** É vinculado ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e destinado a suportar as despesas dos programas que visem à preservação e à proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes.
- B)** É vedada a utilização dos recursos do FUMUCRI em despesas não identificadas diretamente com as suas finalidades, de acordo com os objetivos determinados na Lei da sua instituição.
- C)** As contas e os relatórios do gestor do FUMUCRI serão submetidos à apreciação do COMDICA , trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.
- D)** Os recursos do FUMUCRI destinar-se-ão ao financiamento de ações governamentais e não-governamentais, dentre elas programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos órgãos da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.
- E)** É permitida a utilização dos recursos do FUMUCRI sem a prévia deliberação do COMDICA, quando for para acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente órfão ou abandonado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

QUESTÃO 26. Sobre a estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar, nos termos da Lei Municipal 6.572/2023, assinale a alternativa incorreta:

- A)** O Conselho manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos e/ou contratados, especialmente para este fim, pela Administração Municipal.
- B)** O Conselho Tutelar funcionará, ordinariamente, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 13h30min às 18h, na sede do Conselho Tutelar, sendo que, havendo determinação judicial, serão realizados plantões em fins de semana e feriados.
- C)** As sessões realizadas pelo Conselho Tutelar serão instaladas com o mínimo de três Conselheiros.
- D)** O Presidente, Vice-presidente e Secretário do Conselho Tutelar, serão escolhidos pelos seus pares, na primeira sessão, com mandato determinado no seu Regimento Interno.
- E)** Em hipótese alguma poderão estar afastados do Conselho, ao mesmo tempo, mais do que dois conselheiros.

QUESTÃO 27. Sobre o processo de escolha dos conselheiros tutelares, é correto afirmar:

- A)** O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá através de eleição pelo voto direto, secreto, uninominal, universal e facultativo dos cidadãos do Município, presidida pelo COMDICA e fiscalizada pelo Ministério Público, na forma da lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- B) Compete à Comissão Especial Eleitoral, receber, analisar e homologar o registro das candidaturas, fazendo-se publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao COMDICA.
- C) É necessário notificar o Ministério Público apenas após a apuração dos votos.
- D) As decisões da Comissão Especial Eleitoral devem ser tomadas por unanimidade.
- E) A eleição para o Conselho Tutelar será ordinária, no segundo domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, a cada quatro anos.

QUESTÃO 28. Sobre a propaganda eleitoral, assinale a alternativa correta:

- A) Considera-se propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem a promessa ou a entrega de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, incluídos brindes de pequeno valor, em troca de apoio a candidaturas.
- B) Recebida a denúncia de propaganda irregular, a Comissão Eleitoral notificará o candidato e, a depender da gravidade do caso, poderá desclassificá-lo de pronto.
- C) Da decisão da Comissão Eleitoral não caberá recurso.
- D) Para instruir sua decisão, a Comissão Eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a produção de outras provas e efetuar diligências.
- E) O candidato deverá ser notificado da decisão da Comissão Eleitoral, não havendo obrigatoriedade de comunicação ao denunciante.

QUESTÃO 29. De acordo com o art. 77 da Lei Municipal 6.572/2023, aos Conselheiros Tutelares serão assegurados o direito a, exceto:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- A)** Cobertura previdenciária.
- B)** Afastamento por ocasião da licença-maternidade, custeada pelo regime de previdência a que estiver vinculado;
- C)** Licença-paternidade de 5 (cinco) dias.
- D)** Gozo de férias anuais remuneradas, com acréscimo de um terço sobre a remuneração mensal.
- E)** Adicional por trabalho noturno.

QUESTÃO 30. De acordo com a Lei Municipal 6.572/2023, é dever do Conselheiro Tutelar, exceto:

- A)** Prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos.
- B)** Residir na zona urbana do Município.
- C)** Identificar-se em suas manifestações funcionais.
- D)** Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.
- E)** Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado.